

RETROSPECTIVA 2010: País ainda precisa de uma verdadeira reforma política



*Este texto sobre a atuação da **Ordem dos Advogados do Brasil** faz parte da **Retrospectiva 2010**, série de artigos sobre os principais fatos nas diferentes áreas do Direito e esferas da Justiça ocorridos no ano que termina.*

Uma daquelas lições que a história nos passa só de vez em quando — e a intervalos que bem poderiam ser menores — ocorreu nos primeiros meses de 2010, dezoito anos depois do *impeachment* de um presidente da República. Desta vez, um governador de estado, (no caso, do Distrito Federal), acusado de corrupção, era recolhido à cadeia.

Marcante, emblemático em todos os sentidos, o episódio representou também o preâmbulo de um movimento que desde o ano anterior crescera na forma de debates, protestos e abaixo-assinados, tomou corpo e estabeleceu uma nova diretriz na interminável luta pela ética na política. A Lei da Ficha Limpa — aprovada na Câmara a 5 de maio; no Senado, catorze dias depois; e sancionada pelo presidente da República a 4 de junho como Lei Complementar 135 — incorporou-se de tal forma ao ordenamento jurídico eleitoral que mudou o desenho das eleições realizadas em outubro.

Não importa a polêmica travada dentro e fora dos tribunais sobre a imediata aplicação da lei: um importante passo em direção ao aperfeiçoamento das instituições foi dado. Aprendemos que o primado da ética na política só irá prevalecer quando toda a sociedade, de mãos dadas, assim o exigir. E que só dessa forma faremos com que os valores da ética e da moralidade, da transparência e da verdade integrem o vocabulário dos poderes constituídos.

Mesmo assim, devemos reconhecer que ainda estamos longe de uma política de “cara limpa” enquanto o Congresso não se dispuser a promover a mais adiada de todas as reformas: a reforma política. Sendo também o ano em que foram comemorados os 80 anos de existência da OAB, juristas, especialistas e a



classe política foram convidadas a iniciar um debate profundo sobre esse tema.

O desafio foi lançado: recolocar a reforma política no centro do debate nacional, convocando a sociedade a levantar esta bandeira como uma prioridade para firmar a posição do Brasil no cenário das grandes nações democráticas.

Não basta termos eleições a cada dois anos. Por trás dos festejos de cada nova eleição esconde-se uma crise de credibilidade. E o que é mais preocupante: até onde interessa à classe política mudanças que lhes retirem o comando das eleições?

A prática eleitoral ainda é estigmatizada pelo famigerado caixa dois, cuja conta costuma ser cobrada depois das eleições em superfaturamento de obras, desviando recursos que fazem falta à educação, saúde e segurança. Outra prática condenável é a troca de favores e empregos para abrigar, em cargo comissionados, cabos eleitorais e integrantes de partidos, aumentando sobremaneira os gastos públicos.

A reforma política depende de mudanças radicais. Se tivesse sido aprovada a cláusula de barreiras nas eleições de 2006, somente sete partidos teriam sobrevivido, o que ajudaria a reduzir o número de agremiações que hoje têm dono e funcionam muito como legendas de aluguel. Porque, hoje, ter um pequeno partido é um grande negócio, com dinheiro garantido pelo Fundo Partidário — mais de R\$ 1 milhão por ano para os partidos menores.

De outro lado, acabar com os partidos de aluguel seria decretar, igualmente, o fim de pequenos partidos que muito contribuíram à democratização do Brasil. É uma encruzilhada, mas não podemos fugir dela. Daí porque entre os que estudam o tema da reforma política o pessimismo é grande. Políticos, principalmente os profissionais, não têm o menor interesse em mudar o atual sistema, que lhes parece bem confortável por garantir a eleição baseada em currais de votos conquistados mais à base de favores do que de interesse de uma determinada comunidade.

Alguns acreditam que ela só ocorreria diante de um cataclismo ético e político, que naturalmente leva a uma mobilização nacional. Sendo por uma causa ética, não devemos temer, portanto. Democracia é assim mesmo: ruidosa. Seja como for, a reforma política ou é conduzida pela sociedade, com o apoio da imprensa, ou não sai; será para sempre uma pálida anotação à margem da pauta nacional.

Enfim, na esteira dos grandes debates que não se esgotaram em 2010 está a própria liberdade de expressão, condição básica para o funcionamento do Estado democrático de Direito. Uma série de iniciativas legislativas objetivando a criação de Conselhos estaduais de Comunicação para monitorar e fiscalizar a imprensa podem não ser casuais, e talvez por isso tenha chamado tanta atenção nos últimos dias.

Não por menos, a OAB vem adotando um posicionamento crítico diante dessa questão. Além das várias lacunas legais identificadas nas propostas de um possível "controle", há que se levar em conta o que pensa o cidadão anônimo sobre o tema — afinal, a liberdade de expressão pertence à Cidadania, não ao Estado.

Por tudo isso, 2011 promete.

Date Created



19/12/2010